

REVISTA

DIREITO SEM FRONTEIRAS

VOLUME 2 - NÚMERO 4 - 2018

PUBLICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Campus de Foz do Iguaçu

Editor

Júlio César Garcia

Revisão dos Textos em Língua Inglesa

Tabatha Ferreira Ribeiro

Revisão dos Textos em Língua Portuguesa

Laura Anahí Carvalho Sosa Recalde

Apoio Administrativo

Daiana Carolina Becker

Apoio Editorial e Diagramação

Yao Zheng Wang

Divulgação

Geisiele do Nascimento Andrade

Ficha Catalográfica

Miriam Fenner R. Lucas – Bibliotecária – CRB/9:268

Capa

Mariane Ruiz



Catálogo na Publicação (CIP) - Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE

R454 Revista Direito Sem Fronteiras. / Curso de Graduação em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. – v.2, n.4 (2018). – Foz do Iguaçu: Unioeste, 2018.

Semestral.

ISSN: 2527-1555 (Eletrônico)

Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/direitosemfronteiras

1. Direito – Periódicos. 2. Sustentabilidade – Periódicos.
3. Administração pública – Periódicos. I. Curso de Graduação em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CDD 20. ed.– 340.5
CDU - 34(05)

Endereço

Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Lot. Universitário das Américas
85870-650 – Foz do Iguaçu - PR, Brasil
Fone: (45) 3576-8100 Fax: (45) 3575-2733
Foz.revistadireito@unioeste.br
www.foz.unioeste.br/ccsa

Reitor

Paulo Sergio Wolff

Vice-Reitor

Moacir Piffer

Diretor Geral do Campus

Fernando José Martins

Diretor do

CCSA

Antonio Carlos Nantes

Coordenadora do

Curso de Graduação

Lissandra Aguirre

Conselho Editorial

Bruno Periolo Odahara - Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.
ITAIPU. Brasil.

Denise Lucena Cavalcante - Pós-Doutora em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa/
ULISBOA - Portugal. Professora na Universidade Federal do Ceará – **UFCE** Brasil.

João Emílio Correa da Silva de Mendonça. **ITAIPU**. Brasil.

João Ricardo Catarino - Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de
Administração Pública pela Universidade de Lisboa/ULISBOA – Portugal. Professor na
Universidade de Lisboa – **ULISBOA**. Portugal.

Joel de Lima. **ITAIPU**. Brasil

José Rubens Morato Leite - Pós- Doutor pela Universidad Alicante/Espanha e Pós-Doutor
pelo Centre of Environmental Law, Macquarie University Sidney/Austrália. Professor na
Universidade Federal de Santa Catarina – **UFSC**. Brasil.

Juarez Freitas – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.
Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – **UFRS**. Brasil.

Maria Cláudia S. Antunes de Souza - Doutora e Mestre em “Derecho Ambiental y de la
Sostenibilidad” pela Universidade de Alicante/Espanha. Professora na Universidade do
Vale do Itajaí – **UNIVALI**. Brasil.

Massimo Monteduro – Pós-Doutor em Direito da Economia e Mercado na UNISALENTO
- Universidade de Salento. Professor na Universidade de Salento – **UNISALENTO**. Itália.

Sérgio Antônio Silva Guerra - Pós-Doutor em Direito pela Yale Law School/Estados
Unidos. Professor na Fundação Getúlio Vargas – **FGV**. Brasil.

Conselho Avaliador

Agostinho Oli Koppe Pereira

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2002). Pós-doutorando em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1986). Especialista em Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica pela Universidade de Caxias do Sul (1984). Graduado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (1978). Atualmente é professor titular da Universidade de Caxias do Sul, atuando nos Cursos de Graduação e Mestrado em Direito. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Consumidor, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito, Direito do Consumidor, Teoria Geral do Direito, Direito Ambiental e Novos Direitos. É coordenador do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Mestrado em Direito da Universidade de Caxias do Sul.

Bruno Gasparini

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo MADE-UFPR (2014). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2005). Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá (2002). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2001). Professor de cursos de capacitação, graduação e especialização. Palestrante sobre temas relacionados ao Direito Ambiental. Coordenador do Curso de Direito do Instituto Superior do Litoral do Paraná, Paranaguá -PR. Pesquisador radicado no Brasil.

Carlos Alberto Lunelli

Possui Doutorado em Direito e Mestrado em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professor titular da Universidade de Caxias do Sul, no Mestrado em Direito, ministrando a disciplina Tutela Jurisdicional do Ambiente. No Curso de Direito, ministra a disciplina de Direito Processual Civil. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nas seguintes áreas: Direito Processual Civil, Direito Ambiental, Processo Constitucional e Políticas Públicas.

Denise Rissato

Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Sociais Arnaldo Busato (1993), Mestre em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz Usp (2001). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ (2011-2015). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu. Participante do Grupo THESE - Grupo Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História,

Educação e Saúde UERJ-UFF-EPSJV/Fiocruz. Pesquisadora do GPESTE - Grupo de Pesquisa Estado, Sociedade, Trabalho e Educação.

Denise Schmitt Siqueira Garcia

Doutora pela Universidade de Alicante na Espanha. Mestre em Derecho Ambiental y Sostenibilidad pela Universidade de Alicante na Espanha. Mestre em Ciência Jurídica. Especialista em Direito Processual Civil, Graduada em Direito. Atualmente é professora do Programa de Pós graduação stricto sensu em Ciência Jurídica, de pós graduação lato sensu e da graduação. Coordenadora de pós graduação lato sensu em Direito Processual Civil da Universidade do Vale do Itajaí. Membro associada do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro efetivo do Instituto de Advogados de Santa Catarina. Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros. Advogada. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito ambiental, direito civil e direito processual civil. Pesquisadora radicada no Brasil.

Fábio Aristimunho Vargas

Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo - PROLAM/USP (2015). Mestre em Direito Internacional pela USP (2006). Bacharel em Direito pela USP (2000). Especialista em Direito Internacional Privado pela Universidad de Salamanca (2002), em Estudos Bascos pela Universidad del País Vasco (2008) e em Literatura Latino-Americana pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2012). Tem experiência profissional como professor, em cursos de Direito e de Relações Internacionais, das disciplinas Direito Internacional Público, Ciência Política, Integração Regional e Direitos Humanos. Tem experiência profissional como advogado, em temas como regime jurídico do estrangeiro, aquisição de nacionalidade e Direito de Fronteira. É escritor, tradutor e pesquisador de literaturas ibero-americanas, tendo militado por sua difusão e intercâmbio. Foi tradutor-residente na Universitat Autònoma de Barcelona com bolsa do Institut Ramon Llull (2009).

Jayme Benvenuto Lima Júnior

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1983), graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1993), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (2005) e Pós-doutorado em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame (EUA, 2011). Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em cooperação técnica na Universidade Federal de Pernambuco (2017-2020) no Departamento de Ciência Política. Integra o corpo docente permanente do programa de pós-graduação stricto sensu interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Foi o primeiro catedrático da Cátedra UNESCO/UNICAP Dom Helder Camara de Direitos Humanos. Tem experiência na área de Relações Internacionais e Integração, atuando principalmente nos seguintes temas:

democracia na América Latina; proteção internacional dos direitos humanos; direitos econômicos, sociais e culturais; e violência urbana. Pesquisador radicado no Brasil.

Lourival José de Oliveira

Curso de Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1988), Graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (1989), Mestrado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1994) e doutorado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Atualmente é professor permanente do Programa de Doutorado/mestrado em Direito da Universidade de Marília; membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Direito da Universidade de Marília; professor associado da Universidade Estadual de Londrina no Curso de Graduação em Direito; professor de diversos Cursos de Especialização em Direito; participa como membro de grupos de pesquisa, com ênfase em Direito das Relações Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente do trabalho; proteção ao trabalho, globalização e mercado de trabalho; relações de trabalho, cidadania e democracia; desenvolvimento econômico e social; novas relações empresariais e a ordem econômica e desenvolvimento econômico e social. Membro do Comitê em Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina; autor de várias obras jurídicas e artigos científicos; advogado em Londrina.

Maria Nazareth da Penha Vasques Mota

Doutora em Ciências Sociais - Política - na PUC de SP, 2011. Mestrado em Ciências Penais , 2002 - Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (1986), graduação em Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes (1973), Pós graduação em Gerência e Organização pela Universidade Estácio de Sá, Recursos Humanos para Saúde , pela Escola Nacional de Saúde Pública, Direito Público pela FGV- ISAE-AM, Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é professora do curso de Direito do CIESA. Professora Doutora do Mestrado em Direito Ambiental da UEA. Compõe o corpo docente do Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da UEA. É Promotora de Justiça do Estado do Amazonas aposentada. Pesquisadora radcada no Brasil.

Rodne de Oliveira Lima

Licenciado em Ciências Sociais (UEL-1990) e Bacharel em Direito (UEL-2010). Especialista em Direito do Estado (UEL-2013), Mestre em Sociologia (IFCH/ UNICAMP-1997), Doutor em Sociologia (FFLCH/USP-2003) e Mestrando em Direito (FD/USP). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, admitido em concurso público para as áreas de Direito Sanitário e Bioética. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Desenvolvimento Rural e em Políticas Sociais, e na área do Direito, como advogado e docente, com ênfase em Direito Público, Direito Sanitário e Direitos Humanos.

Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino

Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2013). Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2007). Especialização em Administração pela Universidade Independente de Lisboa em convênio com a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2005) e Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2003). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) - Mestrado - da Faculdade Meridional - IMED. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ética, Cidadania e Sustentabilidade no Programa de Mestrado em Direito (PPGD) da Faculdade Meridional - IMED. Tem experiência na área de Direito, com ênfase nos seguintes temas: Ética, Direitos Humanos, Sustentabilidade, Política Jurídica, Filosofia, Direito na Pós-Modernidade. Pesquisador radicado no Brasil.

Thiago Rodrigues Pereira

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis - UCP; Doutor em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá - UNESA/RJ; Mestre em Direito Público e Evolução Social pela UNESA/RJ; Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Direito - PPGD da Universidade Católica de Petrópolis - UCP; Professor Adjunto do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - UNILASALLE-RJ; Professor do Master of Science in Legal Studies da AMBRA College; Professor convidado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Pesquisador radicado no Brasil.

APRESENTAÇÃO

Este é o número 4, primeiro do segundo volume da Revista Direito Sem Fronteiras e que apresenta nove novos artigos. No período compreendido a partir do último número a Revista Direito Sem Fronteiras recebeu mais de trinta artigos originais, que passaram por criterioso e rigoroso processo editorial. Este cenário demonstra o gradativo reconhecimento deste novo e importante espaço de publicação acadêmica pela comunidade jurídica no Brasil e exterior.

Neste quarto número a Revista Direito Sem Fronteiras se destaca pela discussão interdisciplinar e ampliada das relações entre a sustentabilidade e o Direito. No primeiro artigo convidado, os autores Juarez Freitas e Julio Cesar Garcia abordam a evolução conceitual do princípio jurídico da sustentabilidade, perpassando diferentes momentos históricos, em especial a partir dos primórdios do conceito de desenvolvimento sustentável, até os mais recentes debates sobre o tema. A diferenciação das dimensões possíveis da sustentabilidade serve de norte e fio condutor lógico para a compreensão sistemática dos demais artigos deste número, que transitam pelas dimensões ambiental, econômica, social e jurídica.

O segundo texto de autoria de Denise Schmitt Siqueira Garcia, Heloise Siqueira Garcia e Kassy Gerei dos Santos, enfoca a Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de efetividade de políticas públicas pela atuação dos Tribunais de Contas Estaduais. Trata-se de uma abordagem bastante original e atual, na medida em que discute a problemática da verificação dos efeitos e resultados dos investimentos públicos, em especial na área ambiental.

Os autores Flávio Quinaud Pedron e João Carneiro Duarte Neto trazem no terceiro artigo uma análise sobre as transformações dos entendimentos do Supremo Tribunal Federal frente à positivação do direito fundamental à saúde na Constituição Federal de 1988. Inicia-se neste ponto a abordagem social sobre a sustentabilidade no Brasil, com destaque ao direito à saúde a partir da jurisprudência da mais alta corte brasileira.

Prosseguindo na análise da relação entre sustentabilidade e sociedade, os artigos quatro e cinco abordam o tema da função social da empresa. A autora Carla de Abreu Medeiros discute no quarto texto a função social da empresa, a responsabilidade social e a sustentabilidade a partir de um enfoque jurídico sobre a tríade social que integra as sociedades empresariais. Já a autora Regina Célia de Carvalho Martins Correio avalia o papel da função social da empresa como preceito para o desenvolvimento sustentável.

O sexto artigo, ainda na abordagem social do Direito, de autoria de Ana Paula Baptista Marques, Helen Pelisson da Cruz e Amanda Vanzella, discute as dificuldades de acesso do segurado da Previdência Social na nova plataforma digital do “Meu

INSS”, abrindo uma importante reflexão acerca dos impactos que os recursos e meios de efetiva participação do cidadão no exercício de seus direitos sociais podem ter para a efetiva realização destes direitos.

Os dois últimos artigos da doutrina nacional abordam questões atuais do processo civil. O artigo sétimo de autoria de Paulo Trindade dos Santos analisa a efetivação e a proteção dos direitos humanos e fundamentais através da interação texto e contexto: a passagem da jurisdição ao Processo Civil. Trata-se de uma análise crítica sobre os desafios hermenêuticos e práticos para a consecução e realização dos ditames do acesso à justiça. Já o artigo oitavo, de autoria de Isadora Minotto Gomes Schwertner apresenta os diversos aspectos que circundam o dever de colaboração das partes com o processo, ou o denominado processo civil cooperativo, resultado em grande parte das inovações mais recentes do Código de Processo Civil e da compreensão sobre a importância da interação sábia entre as partes nos processos judiciais.

Mais uma vez a seção da doutrina internacional conta com texto de colegas juristas pesquisadores de Portugal, com o artigo de Joaquim Coca Caeiro sobre a regulação econômica, uma pesquisa que parte da análise do contexto do ingresso de Portugal na União Europeia, de modo defender a importância num sistema liberalizante da economia, das entidades administrativas independentes.

Júlio César Garcia
Editor

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
SUMÁRIO	11
I. DOUTRINA NACIONAL	
1. EVOLUÇÃO CONCEITUAL DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE	13
CONCEPTUAL EVOLUTION OF THE PRINCIPLE OF SUSTAINABILITY	
<i>Juarez Freitas; Júlio César Garcia</i>	
2. A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS	27
THE STRATEGICAL ENVIRONMENTAL EVALUATION AS AN INSTRUMENT OF EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES BY THE ACTION OF THE STATES' COURT OF ACCOUNTS	
<i>Denise Schmitt Siqueira Garcia; Heloíse Siqueira Garcia; Kassy Gerei dos Santos</i>	
3. A TRANSFORMAÇÕES DOS ENTENDIMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FRENTE À POSITIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	43
THE TRANSFORMATIONS OF THE FEDERAL COURT OF JUSTICE'S UNDERSTANDING REGARDING THE POSITIVATION OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO HEALTH IN THE FEDERAL CONSTITUTION OF 1988	
<i>Flávio Quinaud Pedron; João Carneiro Duarte Neto</i>	
4. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE: UM ENFOQUE JURÍDICO SOBRE A TRÍADE SOCIAL QUE INTEGRA AS SOCIEDADES EMPRESARIAIS	57
SOCIAL FUNCTION OF THE COMPANY, SOCIAL RESPONSIBILITY AND SUSTAINABILITY: A JURIDICAL APPROACH ON THE SOCIAL TRIAD THAT INTEGRATES BUSINESS SOCIETIES	
<i>Carla de Abreu Medeiros</i>	

5. A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA COMO PRECEITO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 69
THE SOCIAL FUNCTION OF THE COMPANY AS A PRECEPT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Regina Célia Martins

6. A NOVA PLATAFORMA DIGITAL DO “MEU INSS” E AS DIFICULDADES DE ACESSO DO SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 85
THE NEW DIGITAL PLATFORM OF “MY INSS” AND THE ACCESS DIFFICULTIES OF THE SOCIAL SECURITY INSURED

Ana Paula Baptista Marques, Helen Pelisson da Cruz, Amanda Vanzella

7. A EFETIVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS ATRAVÉS DA INTERAÇÃO TEXTO E CONTEXTO: A PASSAGEM DA JURISDIÇÃO AO PROCESSO CIVIL 95
THE EFFECTIVENESS AND PROTECTION OF HUMAN AND FUNDAMENTAL RIGHTS THROUGH TEXT AND CONTEXT INTERACTION: TRANSITION FROM JURISDICTION TO CIVIL PROCEDURE

Paulo Trindade dos Santos, Vinicius Almada Mozetic, Gabriela Samrsla Möller

8. O DEVER DE COLABORAÇÃO DAS PARTES COM O PROCESSO: O PROCESSO CIVIL COOPERATIVO 117
THE DUTY OF COLLABORATION OF THE PARTIES WITH THE CASE: THE COOPERATIVE CIVIL PROCEDURE

Isadora Minotto Gomes Schwertner

II. DOUTRINA INTERNACIONAL

1. A REGULAÇÃO ECONÔMICA 139
ECONOMIC REGULATION

Joaquim Croca Caeiro

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES 157